



## AS IMPLICAÇÕES DA DUPLICAÇÃO DA RODOVIA AL 101 SUL NA COMUNIDADE VILA JACARÉ/AL

Jackson Luiz de França

Universidade Federal de Alagoas, Graduado em Geografia, Maceió, AL, Brasil  
[jacksonm87.al@gmail.com](mailto:jacksonm87.al@gmail.com)

Gesyca Patrícia da Silva Santos

Universidade Federal de Alagoas, Graduada em Geografia, Maceió, AL, Brasil  
[gesycahsantos13@gmail.com](mailto:gesycahsantos13@gmail.com)

Maria Francineila Pinheiro dos Santos

Universidade Federal de Alagoas, Pós-Graduação em Geografia, Maceió, AL, Brasil  
[francineila.pinheiro@igdema.ufal.br](mailto:francineila.pinheiro@igdema.ufal.br)

**RESUMO** - Neste artigo optou-se por discutir os processos de desterritorialização e reterritorialização da comunidade Vila Jacaré, localizada no Município de Marechal Deodoro da Fonseca em Alagoas. Assim, os procedimentos metodológicos realizados compreenderam o levantamento bibliográfico, coletas de dados em sites de órgãos públicos, visitas à comunidade Vila Jacaré, entrevistas com os moradores da referida comunidade e registros fotográficos da área em foco. Além disso, tais métodos serviram como parâmetros de análises das condições sociais de moradia e dos moradores. Dessa forma, à comunidade em foco, apresenta condições de miserabilidade, devido à deficiente infraestrutura básica, apresentando uma população de baixo poder aquisitivo que ergueu seus casebres às margens do eixo viário, a qual é caracterizada como área de risco, correspondente à inexistência de infraestrutura como: saneamento ambiental, banheiro, casa com divisão familiar, dentre outros aspectos, que estão relacionados à ocupação irregular como alternativa da moradia daqueles que não detêm condições favoráveis para residir em outras localidades. A construção da duplicação da AL 101 Sul deu a possibilidade do remanejamento da comunidade, contribuindo, assim, para os processos de desterritorialização e reterritorialização.

Palavras-chave: Desterritorialização; Infraestrutura; Reterritorialização.

## LAS IMPLICACIONES DE LA DUPLICACIÓN DE LA RODOVÍA AL 101 SUR EN LA COMUNIDAD VILA JACARÉ/AL

**RESUMEN** - En este artículo se optó por discutir los procesos de desterritorialización y reterritorialización de la comunidad "Vila Jacaré", localizada en el Municipio de Marechal Deodoro da Fonseca, Alagoas. De ese modo, la metodología utilizada comprendió el levantamiento bibliográfico, la recolección de datos en los órganos públicos, visitas a la comunidad, entrevistas a los pobladores y registros fotográficos del área de estudios. Además, los métodos sirvieron como parámetros de análisis de las condiciones sociales de los pobladores. Por lo tanto, la comunidad, presenta condiciones de pobreza, en consecuencia de la precaria infraestructura básica, representando una población de bajo poder adquisitivo que construyeron casuchas a las márgenes de la carretera, en la cual se caracteriza como área de riesgo, correspondiente a la baja infraestructura al igual que: saneamiento ambiental, baño, casa con división familiar, entre otros aspectos, que están relacionados a la ocupación irregular como alternativa de la vivienda de aquellos que no tienen condiciones ventajosas para residir en otras localidades. La duplicación de la Carretera "AL 101" Sur dio la posibilidad de la reubicación de la comunidad, contribuyendo así los procesos de desterritorialización y reterritorialización.

Palabras clave: Desterritorialización; infraestructure; Reterritorialización.

## INTRODUÇÃO

Os conceitos de desterritorialização e reterritorialização são amplamente discutidos na Geografia, possuindo elevada importância no entendimento dos processos decorrentes de transferências de comunidades em face de construções de equipamentos públicos. Neste contexto, evidenciou-se a comunidade Vila Jacaré, com um total de 214 famílias situadas às margens da rodovia AL 101 Sul, localizada no Município de Marechal Deodoro/AL.

Sendo assim, objetivou-se discutir os processos de desterritorialização e reterritorialização vivenciados pela comunidade Vila Jacaré, desencadeados pela construção duplicação da Rodovia AL 101 Sul. Os conceitos de desterritorialização e reterritorialização estão embasados nas ideias de Santos (2004) e Haesbaert (2005).

A relevância da temática em foco justifica-se na medida em que, os conceitos de desterritorialização e reterritorialização ajudam a compreender os processos pelos quais vêm passando a comunidade Vila Jacaré, assim como, propicia um diálogo com a referida comunidade no entendimento das transformações ocorridas em seu território.

## METODOLOGIA

Este artigo baseou-se na pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa, que se desenvolveu a partir da pesquisa documental e bibliográfica, em livros acadêmicos e sites de órgãos públicos, a fim de conhecer o projeto da construção da duplicação da Rodovia AL 101 Sul e as implicações da mesma para a Comunidade Vila Jacaré. Segundo Guindani et al. (2009, p. 5), “tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação”.

No intuito de preservar a identidade dos sujeitos sociais participantes desta pesquisa, não serão expressos neste artigo os nomes dos mesmos, por motivos éticos, assim, fez-se preciso identificá-los por nomes fictícios como: Josiel, José, Rosete, Cristina, Paulo e Márcio.

O percurso metodológico deste trabalho envolveu três fases. Na primeira fase, realização de levantamento bibliográfico na biblioteca da Universidade Federal de Alagoas, acerca dos conceitos de desterritorialização e reterritorialização e busca de documentos em *sites* e órgão públicos sobre o Projeto de construção da duplicação da Rodovia AL 101 Sul.

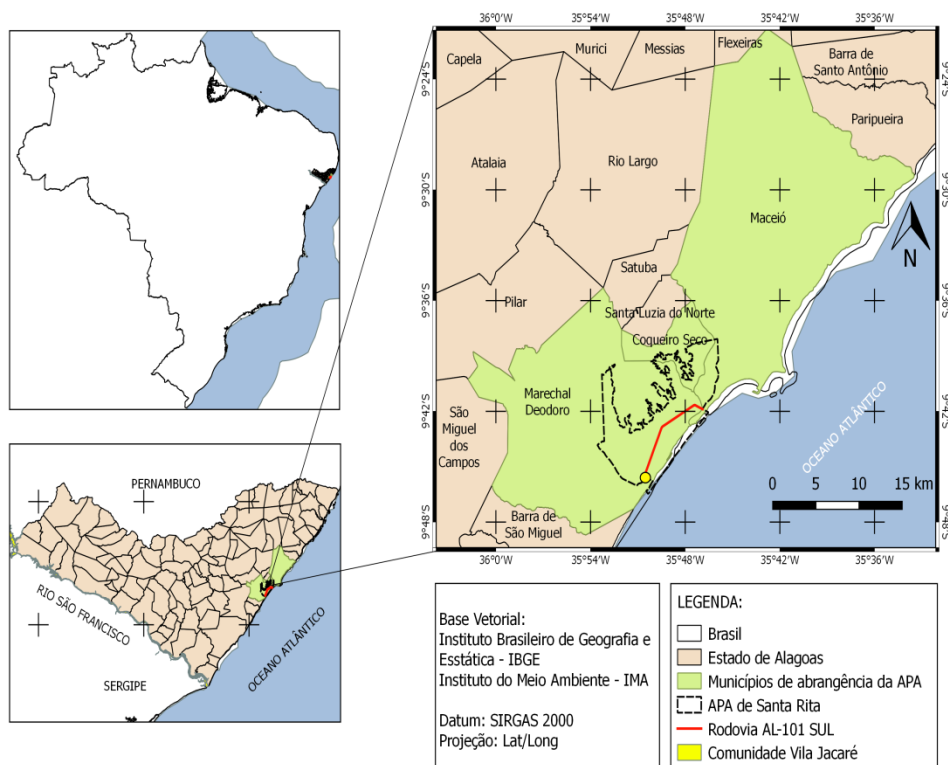
Na segunda fase aconteceram visitas na comunidade Vila Jacaré, entrevistas com os moradores da referida comunidade e registros fotográficos da área em foco. Na terceira fase elaboração de tabelas, gráficos e análises dos dados coletados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comunidade Vila Jacaré está localizada no Município de Marechal Deodoro/AL, limitando-se geograficamente com a Laguna Manguaba e o Povoado da Barra Nova, composto de aproximadamente 214 famílias, numa área de 17,4Km<sup>2</sup>.

Como destacado na figura 1, a localização do município de Marechal Deodoro da Fonseca, é um dos municípios inseridos na APA de Santa Rita – Área de Proteção Ambiental - junto com Maceió e Coqueiro Seco. A Comunidade Vila do Jacaré, com destaque em amarelo (Figura 1), se situa às margens da Laguna Manguaba.

**Figura 1.** Mapa da área de estudo



**Fonte:** IMA/AL (2017)

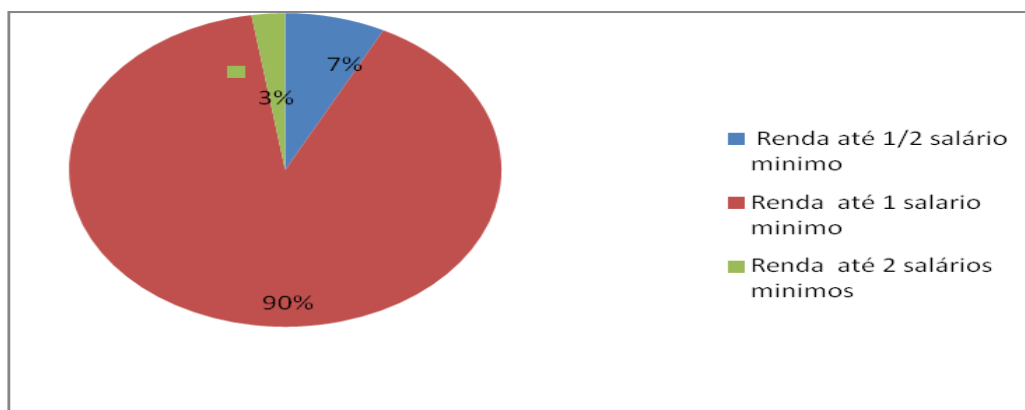
**Elaboração:** NETO (2017)

A comunidade Vila Jacaré está inserida na área de Proteção Ambiental da Ilha de Santa Rita. A área em foco é rica em biodiversidade, servindo de meio de subsistência às comunidades que residem próximas ao local. Segundo o Plano de Manejo e Gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Rita Alagoas:

Vários povoados estão inseridos na APA-SR e na área de entorno imediato. Na própria APA entre os mais importantes, destacam-se pelo seu crescimento urbano nos últimos anos, os povoados de Barra Nova/Siriba e Santa Rita, ambas localizadas na ilha homônima, e respectivamente nas margens dos canais de Fora e de Dentro; Massagueira/Rua Nova, margem direita do canal de Fora/Jacaré e parte das Lajes e Taperaguá (Bairros de Marechal Deodoro), na margem direita do canal Grande ou Velho. (ALAGOAS, 2015. p. 21).

A comunidade Vila Jacaré localiza-se as margens da referida rodovia, e dispõe de níveis de renda na maioria das vezes inferior a um salário mínimo (Figura 2), que em 2011 correspondia a R\$ 545,00 reais, acarretando inúmeras dificuldades para os chefes de famílias da referida comunidade.

**Figura 2.** Níveis de renda dos chefes de famílias entrevistados da Vila Jacaré

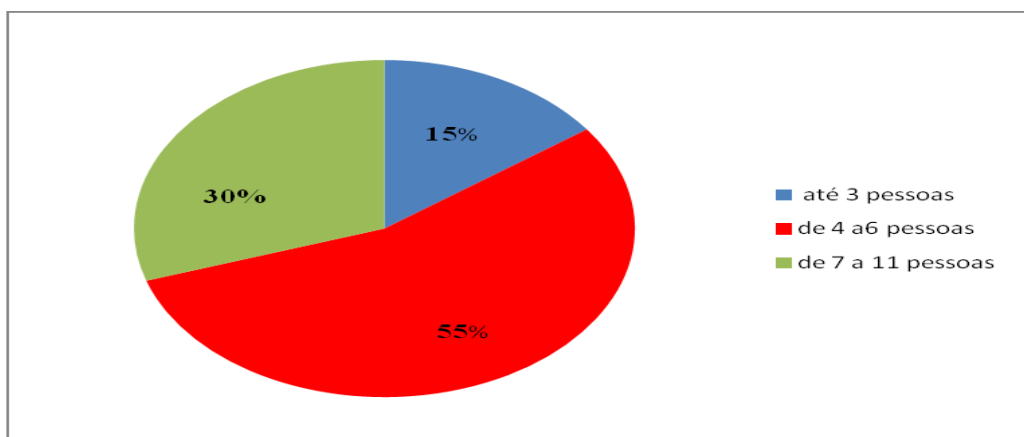


Fonte: FRANÇA, (2011)

Com base nos dados explicitados na Figura 2, observa-se que 90% dos chefes de famílias entrevistados da Vila Jacaré, no total de 36 entrevistados, ganha até um salário mínimo; 8% sobrevivem com até 1/2 salário, no total de 3 entrevistados e; 3% vive com até dois salários mínimos, correspondente a um entrevistado. O nível salarial dos entrevistados denotam sérios problemas econômicos refletindo na sobrevivência dos mesmos, uma vez que, não conseguem suprir as necessidades essenciais como alimentação, e demais demandas.

De acordo com os dados da Figura 3, destaca-se que 15% das famílias entrevistadas da comunidade Vila Jacaré, de um total de 40 são compostas por até três pessoas. 30% variam entre 4 a 6 pessoas por residência e, 55% variam entre 7 a 11 pessoas por residência.

**Figura 3.** Quantidade de pessoas por residência



Fonte: FRANÇA, (2011)

A supracitada comunidade dispunha de infraestrutura precária, composta por casas de autoconstrução que se revelavam como alternativa de moradia por parte daqueles que não têm acesso às políticas de habitação, sem acesso a esgotamento sanitário e demais serviços mínimos a sobrevivência digna dos mesmos, como pode ser observada na Figuras 4.

**Figuras 4.** Imagens da área de estudo



**Fonte:** FRANÇA, (2011).

De acordo com a Figuras 4, destaca-se a existência de sub-moradias, notadamente a deficiente infraestrutura básica, não dispendo de saneamento básico, inclusive, presença de esgotos a céu aberto, lixo, e a inexistência de banheiros apropriados. Segundo entrevista com o ex-líder comunitário sobre as condições de moradia, o mesmo salientou:

O que pesa é a questão das moradias, a localidade é boa, mas não há saneamento básico, o esgoto corre a céu aberto, não há banheiro nas residências. Aqui as condições não são muito boas, pois quando chove, a água vem bater na porta de entrada e, com ela o lixo que é jogado na frente das residências (JOSIEL, 2011, informação verbal).

Santos (2004) conceitua como sub-moradias os domicílios erguidos segundo o processo de autoconstrução, utilizando-se de todo tipo de material, inclusive, madeiras, plásticos e papelão, não propiciando aos seus moradores um espaço de habitabilidade adequada; e que, na maioria das vezes, ocupam glebas urbanas com possibilidades de riscos para o domicílio e, conseqüentemente, para seus moradores.

Por se encontrar localizada às margens da rodovia Al 101 Sul ocasionava inúmeros problemas para os moradores da comunidade, dentre eles: riscos à vida das pessoas, tendo em vista os acidentes já ocorridos, no qual veículos acabavam por invadir à Vila Jacaré, provocando acidentes, conforme evidenciado nas entrevistas com os moradores. Sobre esta situação, o ex-líder comunitário comenta: “Já caíram duas Mercedes e vários carros pequenos na comunidade, já houve 50 atropelamentos, e alguns com morte”.

A exclusão sócio/espacial sofrida pela comunidade Vila Jacaré, não os permite direitos à educação de qualidade, a moradia digna, o emprego, a saúde, nem a segurança no local onde habitam, tendo em vista às fatalidades ocorridas em sua moradia tais como, o constante risco de acidentes com veículos às margens da rodovia AL 101 Sul. Ademais há falta de policiamento, iluminação pública, saneamento e, outros. Escorel (1999, *apud* STROH, 2009, p. 23) compreende a exclusão social como “[...] uma estrutura cristalizada nas condições cotidianas de vida pessoal, coletiva e de trabalho”

Nas entrevistas com os moradores da comunidade Vila Jacaré, percebeu-se que a moradia representa uma forma de inclusão social, na qual a conquista da moradia digna seria a realização de um sonho, o caminho inicial para sentirem-se realmente cidadãos.

Dessa maneira, compreendeu-se que inclusão torna-se viável somente quando, através da participação em ações coletivas, os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade e conseguem - além de emprego e renda - acesso à moradia digna e serviços sociais, como educação e saúde.

Neste contexto, entende-se que os atores sociais que formam a comunidade, se sentiram incluídos de fato, somente quando estivessem residindo em uma moradia digna, com as condições de saneamento apropriadas, e com assistência que lhes possibilitem atendimentos essenciais como: coleta de lixo, saúde e educação, ultrapassando as condições de discriminação social a que estão submetidas diariamente afetando seu bem estar sócio/espacial.

No que se refere à duplicação da Rodovia AL 101 Sul, segundo informações retiradas do site do der.al.gov.br. de acordo com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) a mesma compreende 25,8 Km, entre o Pontal da Barra, em Maceió, até a Barra de São Miguel/AL. O projeto de construção da duplicação da Rodovia Al 101 Sul tinha como objetivo a duplicação de 4 pontes e a criação de 3 novos viadutos.

No entanto, este artigo se debruçará especificamente no trecho que abrange a área de estudo, área ocupada pela comunidade Vila Jacaré, no Município de Marechal Deodoro/AL, iniciando no povoado da Ilha de Santa Rita e terminando na Massagueira, respectivamente a comunidade faz parte do povoado da Barra Nova com uma área de 17,4 Km<sup>2</sup>.

Enquanto a obra de duplicação Rodovia Al 101 Sul estava sendo realizada, a população aguardava as ações do poder público no tocante a moradia, a qual se sentia totalmente excluída do processo, em algo que iria intervir diretamente na vida destes sujeitos. No entanto, segundo ex-representante da comunidade, “*Depois de verem a realocação dos moradores do Francês e os mesmo continuarem no esquecimento, resolveram ir a uma rádio local reivindicar seus direitos, só depois disso que o governo procurou a comunidade para uma conversa*”.

Após a manifestação da população da comunidade Vila Jacaré, foram iniciados os diálogos entre representantes do governo e os moradores da referida comunidade, para a assinatura de um Termo de Compromisso, no qual o governo garantia à construção de um Residencial, para o assentamento das famílias retiradas da Vila Jacaré. Daí iniciou-se os processos de desterritorialização e reterritorialização da supracitada comunidade.

O projeto do residencial Recanto da Ilha visava a construção de casas em área próxima à Laguna Manguaba, com quadra poliesportiva, playground, praças, centro de atividades múltiplas, área de lazer, ciclovia e espaço para guardar canoas. Tendo em vista que a maioria dos moradores viviam da pesca. A casa contará com dois quartos, banheiro, sala, cozinha e área de serviço.



As Figuras 5 e 6 demonstram a imagem das casas do residencial Recanto da Ilha, o qual corresponde à nova moradia para os atores sociais da comunidade Vila Jacaré, representando, assim, o processo de reterritorialização.

**Figura 5.** Placa indicando local e a planta do Residencial Recanto da Ilha.



**Fonte.** <[infraestrutura.al.gov.br](http://infraestrutura.al.gov.br)>, acesso em 22 de julho de 2011.

**Figura 6.** Imagem meramente ilustrativa das casas do Residencial Recanto da Ilha.



**Fonte:** <[infraestrutura.al.gov.br](http://infraestrutura.al.gov.br)>, acesso em 22 de julho de 2011.

Segundo o secretário da infraestrutura do Estado de Alagoas, Marco Fireman “o projeto habitacional proporcionará qualidade de vida para as famílias, que vivem em condições precárias de moradia. Além de toda a infraestrutura garantida no residencial, nos preocupamos em construí-lo num terreno próximo ao local atual da comunidade e organizar os

*vizinhos de acordo com a atual vizinhança. Cada casa do Residencial Recanto da Ilha. O projeto inclui ainda o fornecimento de energia elétrica, água, esgotamento sanitário”.*

O projeto de reassentamento previa a construção de 220 casas, para 214 famílias cadastradas pela Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA, as quais seriam assentadas no Residencial Recanto da Ilha.

No que se referem os processos de desterritorialização e reterritorialização, estes são entendidos como respectivamente:

[...] a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território, e a [...] criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um novo território que contém, entretanto, parcela das características do velho território (CÔRREA, 1998 *apud* SANTOS, 2004, p. 25).

Nesta perspectiva, Haesbaert (2005), destaca que o processo de desterritorialização compreende antes de tudo como a perda de um território em seu sentido simbólico, na identificação que os grupos sociais desenvolvem a partir de um determinado espaço de referência. Enquanto, a reterritorialização compreende a reconstrução da identidade territorial em outras bases.

A princípio, a remoção das famílias foi à grande preocupação e a revolta para os moradores da comunidade Vila Jacaré, o que denota a consciência desses atores sociais em relação ao processo de desterritorialização suscitado para à área. Ao ficarem cientes da remoção, ocorreu o início dos debates e reuniões, culminando com inúmeras polêmicas e discussões, notadamente, entre a comunidade representada por um líder eleito por todos e representantes do poder público.

Os moradores da comunidade Vila Jacaré ficaram bastante receosos, quanto à desterritorialização, pois a princípio o poder público disponibilizou um terreno num lugar distante do qual residiam, dificultando a mobilidade dos moradores que exerceram seu trabalho nas proximidades, especialmente, aqueles que realizam a pesca. Segundo morador da comunidade José:

“É fundamental viver aqui, é de onde tiramos o nosso sustento, tenho cinco filhos, ao todo moram sete pessoas em minha casa, queremos sair, sim daqui, mas para um lugar onde possamos nos sustentar, pois sempre ocorre acidente aqui na comunidade, terminando em morte.” (JOSÉ, 2011, informação verbal).

A fala do entrevistado denota fortemente as questões econômicas, pois a renda de grande parte dos moradores está diretamente e indiretamente ligada ao turismo local, à pesca na Laguna Manguaba e, ao comércio de frutas tropicais que é realizado às margens da rodovia AL 101 Sul.

Algumas pessoas da comunidade Vila Jacaré demonstravam forte resistência para sair, por terem forte identificação, sentimento de pertencimento com o lugar, conforme salienta a moradora Rosete: “*nasci aqui, meus pais moraram aqui, gosto desse lugar*”. Sendo assim, ter moradia que dispunha de condições mínimas seria fundamental para àqueles que copunham à Vila Jacaré. O que implicava era se o governo, realmente, cumpriria com o que estava disposto no Termo de Compromisso, isto é, à construção de 220 casas e o remanejamento das 214 famílias.

Neste contexto, a população atingida se divide, onde algumas pessoas que deveriam sair não estavam satisfeitas com o modo como se encaminhavam às discussões em torno da remoção dos mesmos, como bem demonstra a entrevista a seguir.



“Não acredito na construção das casas, pois já foram varias promessas e, nunca nenhuma foi realizada, estamos jogados a própria sorte, para ir ao posto (saúde) tem que madrugar. No inicio queriam nos colocar para lugares distantes, depois de um vai e vem, conseguimos permanecer aqui, a maioria da população, sobrevivi da lagoa. Só acredito vendo, sou vou acreditar que as casas vão ser construídas, quando vê-las construídas” (CRISTINA, 2011, informação verbal).

Por outro lado, à desterritorialização promovida pela construção duplicação da rodovia AL 101 Sul é vista como algo positivo por alguns moradores da Comunidade Vila Jacaré, de maneira especial, ao associarem a oportunidade de conseguir uma moradia digna. É o que pode ser constatado por meio do depoimento de Paulo, ao fazer esta relação:

“Já houve muitas promessas, tenho medo das construções não serem realizadas. Só somos vistos em ano eleitoral, já assinamos muitos papéis (Termos), agora espero que seja verdade a construção das casas, pois se pudéssemos jamais moraríamos aqui, por ser muito sujo, não ter saneamento básico, não ter policiamento, posto de saúde próximo. Sair daqui é algo sem condições, pois quando não há o que comer, vai-se para lagoa e, se trás o alimento, esperamos que dê tudo certo.” (PAULO, 2011, informação verbal).

Foram entrevistadas 10 famílias, das 110 famílias que serão desterritorializadas. A população remanejada que se encontrava no aluguel social, almejando a reterritorialização definitiva, não estava satisfeita como se encaminhavam às discussões em torno da construção do residencial, como bem demonstra a entrevista a seguir:

“Caso o governo não faça valer o Termo de Compromisso a comunidade vai invadir o terreno prometido. Só assim, vamos ter voz e vez novamente, estamos esquecidos de novo, o governo só nos fez sair de nossas casas, e como tudo vem acontecendo as casas não vão sair.” (MARCIO, 2011, informação verbal).

Outra expectativa dos moradores seria à construção de uma cooperativa de artesanato, a qual possibilitaria oportunidade para toda à comunidade, tais como à profissionalização, sendo vista como outra possibilidade de renda para os moradores.

No entanto, após algumas reuniões, ficou decidido que a população da Vila Jacaré seria remanejada para o Residencial Recanto da Ilha. A maior preocupação dos moradores era a retirada e a realocação, ou seja, os processos de desterritorialização e reterritorialização desencadeados pela duplicação da Rodovia AL 101 Sul. No ano 2014 foi concluída a construção do Residencial Recanto da Ilha, conforme podemos observar na figura 10, o local para onde foi reterritorializada a comunidade.

No referido residencial vivem atualmente, 220 famílias, a maioria da antiga comunidade Vila Jacaré. Em entrevista com a Dona Rosete, uma das primeiras moradoras a serem desterritorializadas da comunidade Vila do Jacaré e reterritorializada no Residencial Recanto da Ilha, a mesma afirmou que “*a construção da duplicação da AL 101 lhe deu a possibilidade de ter uma casa num lugar seguro*” (ROSETE, 2017, informação verbal), apontando satisfação com a nova moradia, e infraestrutura básica.

**Figura 10.** Residencial Recanto da Ilha/Vila Jacaré



**Fonte.** FRANÇA, (2017).

No entanto, a referida moradora apontou críticas relacionadas ao pagamento das casas, a escritura e o registro das mesmas, uma vez que, as famílias reterritorializadas fazem parte do projeto minha casa minha vida, do Governo Federal. E segundo, dona Rosete, a mesma não teria como pagar o valor, que ainda será estipulado pelos órgãos competentes, tendo em vista, que a mesma é mãe de 8 filhos, na qual a sua única fonte de renda advém da venda de frutas tropicais as margens da Rodovia AL 101 Sul.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, à comunidade Vila Jacaré que anteriormente residia às margens da Rodovia AL 101 sul, em condições subumanas, caracterizando-se como o espaço dos excluídos, por falta de políticas públicas, que atendessem as necessidades da população, os quais ergueram seus barracos e casebres dando origem à comunidade em questão, foram desterritorializadas e reterritorializadas no Residencial Recanto da Ilha, suscitando resultados positivos e algumas preocupações ainda vigentes em relação ao pagamento da atual moradia.

As entrevistas com os moradores da comunidade confirmou que almejavam sair para outro lugar que ofertasse melhores condições de infraestrutura, e que as lutas travadas por eles para conseguirem uma moradia digna e condições de salubridade ocorreram bem antes da construção da duplicação da AL 101 sul, por se tratar de uma área de risco. No entanto, não conseguiu atingir os objetivos de uma nova moradia, sucedendo apenas quando esse objetivo também passou a ser uma meta do poder público, no intuito de viabilizar a infraestrutura viária.

Além disso, no ano 2014, foi concluída a construção do Residencial Recanto da Ilha, e o processo de reterritorialização da referida comunidade ocorreu. Entretanto, no que se refere à expectativa da criação de uma cooperativa para as famílias da comunidade Vila Jacaré, isso de fato, não se concretizou, deixando-os frustrados. Também não houve construção de ancoradouro, nem a criação da cooperativa de artesanato, conforme havia sido prometido pelo poder público.

Em 2017, quando realizamos a última visita de campo aos moradores reterritorializados no residencial Recanto da Ilha, os mesmos afirmaram que à escrituração das casas, ainda está em andamento, por enquanto, não foi viabilizado o início dos pagamentos das prestações dos

imóveis, por estar inserida no programa do governo Federal Minha Casa Minha Vida. Diante disso, surge uma nova preocupação dos moradores, como efetuar o pagamento das prestações dos imóveis? Dessa maneira, espera-se que os atores sociais da referida comunidade possa continuar enfrentando os desafios do cotidiano, cientes de seus deveres e direitos de cidadãos.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. **Territorialidade e corporação**: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Instituto do Meio Ambiente**. 2015. 510 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade / Rogério Haesbaert. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora Bertand Brasil, 2005. 400 p.

HAESBART, Rogério. **Da desterritorialização a multiterritorialidade**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2005.

SANTOS, Maria Francineila Pinheiro dos. **Para onde sopram os ventos**: políticas públicas de turismo no Grande Pirambu/Fortaleza/CE. Natal Rio, Grande do Norte, 2004. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humana, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

STROH, Paula Yone. (org). **Cidade, Lixo e Cidadania**. Maceió, EDUFAL, 2009.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**. n. I, p. 1-15, jul., 2009.